

Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas

Relatório do congresso de parlamentares realizado em
Bogotá, Colômbia,
20 a 21 de novembro de 2008

Apresentado por:

Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)

Fundación Agenda Colombia

AGRADECIMENTOS

A Secretaria técnica do FIPA e a Fundação Agenda Colômbia desejam agradecer ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação General Motors, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência eleitoral (International IDEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelo importante apoio financeiro concedido para a realização desse evento.

Também desejam expressar seus sinceros agradecimentos à Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, senadora Cecilia López, pela colaboração prestada durante os preparativos e desenrolar do evento, e ao Senado da Colômbia. Finalmente, querem expressar seu agradecimento aos especialistas, expositores e a relatora, por sua incalculável contribuição aos trabalhos do Congresso.



Participantes do congresso
"Rumo a uma Agenda Legislativa para o Desenvolvimento com Perspectiva de Gênero nas Américas"

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. RESUMO DAS APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES.....	5
2.1 Instalação.....	5
2.2 Apresentação dos objetivos e da metodologia de trabalho para o congresso.....	7
2.3 Sessão 1: Políticas econômicas e gênero	8
2.3.1 <i>Exposições.....</i>	<i>8</i>
2.3.2 <i>Debate.....</i>	<i>11</i>
2.4 Sessão 2: Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas	12
2.4.1 <i>Exposições.....</i>	<i>12</i>
2.4.2 <i>Debate.....</i>	<i>16</i>
2.5 Sessão 3: Políticas sociais, gênero e desenvolvimento.....	16
2.5.1 <i>Exposições.....</i>	<i>16</i>
2.5.2 <i>Debate.....</i>	<i>20</i>
2.6 Sessão 4: Debate sobre sustentabilidade ambiental e gênero.....	20
2.7 Sessão 5: Democracia, reformas político-eleitorais e de gênero	21
2.7.1 <i>Exposições.....</i>	<i>21</i>
2.7.2 <i>Debate.....</i>	<i>23</i>
2.8 Sessão 6: Recomendações para um projeto de agenda legislativa e desenvolvimento de uma estratégia de seguimento.....	24
2.9 Encerramento	24
3. RECOMENDAÇÕES	25
4. ANEXOS.....	27
4.1 Anexo 1 – Países e delegados participantes	27
4.2 Anexo 2 – Programa	29
4.3 Anexo 3 – Melhores práticas parlamentares e propostas de recomendações: contribuições dos participantes	32
4.3.1 <i>Canadá.....</i>	<i>32</i>
4.3.2 <i>México: Contribuição da deputada Martha Angélica Tagle Martínez.....</i>	<i>35</i>
4.3.3 <i>Peru: Contribuição da congressista María Sumire</i>	<i>35</i>
4.3.4 <i>Peru: Contribuição da congressista Hilaria Supa Huamán</i>	<i>36</i>
4.4 Anexo 4 – Lista de documentos depositados.....	39

1. Introdução

O Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas” se realizou nos dias 20 e 21 de novembro de 2008 na sede do Senado da República da Colômbia, em Bogotá. Na oportunidade participaram 37 parlamentares vindos da Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Haiti, Granada, Guatemala, Jamaica, México, Peru, República Dominicana e Santa Lucia. O congresso foi co-organizado pelo FIPA e a Fundação Agenda Colômbia.



Cúpula do Senado colombiano.

O congresso se deu em seis sessões de trabalho. As duas primeiras, ocorridas no primeiro dia, enfocaram os temas: “Políticas econômicas e de gênero” e “Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas”. O segundo dia de trabalho foi dedicado ao tema das políticas sociais, políticas ambientais e as reformas político-eleitorais sob uma perspectiva de gênero. Durante as sessões houve a participação de vários especialistas de organismos internacionais e colombianos. Os parlamentares tiveram oportunidade de compartilhar suas opiniões e também experiências de seus respectivos parlamentos em relação aos temas tratados. Representantes da sociedade civil também tiveram a oportunidade de expressar seus pontos de vista, participando assim de um debate aberto.

Na última sessão de trabalho foram recolhidas as principais propostas apresentadas ao longo do evento, em uma série de recomendações, as quais foram submetidas à consideração dos participantes.

Essa iniciativa foi possível graças ao apoio de vários colaboradores, entre eles o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Programa Pro-Líd, a Corporação General Motors, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (International IDEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em seguida foram apresentados resumos das exposições realizadas no decorrer do congresso e dos principais eixos de discussão. As recomendações aprovadas na sessão final aparecem na seção 3 do informe.

2. Resumo das apresentações e discussões

2.1 Instalação

A sessão de instalação começou com palavras de **Bruno Moro, representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Colômbia.**

Moro enfatizou a importância de a democracia ter sido preservada e fortalecida em nossas sociedades, consolidando avanços como sistema político e assumindo o desafio de garantir os direitos dos cidadãos e cidadãs em todas as dimensões.

Salientou que embora a extensa e progressiva consolidação da democracia nas Américas tenha trazido consigo benefícios importantes para os cidadãos, ainda estão presentes grandes desafios socioeconômicos e políticos que os Estados, sob a liderança de seus atores políticos, têm o dever de assumir.

Ele se referiu ao compromisso assumido pelos países em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio lembrando que o terceiro objetivo (3) propõe especificamente promover a equidade de gênero e a autonomia da mulher e todos os objetivos estão relacionados com aspectos essenciais ao bem-



Cerimônia de abertura

estar feminino.

Moro conclamou para que haja uma reformulação das políticas públicas na tentativa de obter uma maior sensibilidade às demandas da sociedade e em particular das mulheres, para assim reverter a iniquidade existente e especialmente a que ocorre por questões de gênero.

Depois, o representante do PNUD concedeu a palavra ao **presidente do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), o deputado federal do Brasil Luiz Carlos Hauly.**

Em seu discurso, o presidente do FIPA ressaltou a necessidade de promover a construção de uma agenda legislativa comum que permita, mediante um intercâmbio de práticas e experiências, estabelecer uma efetiva igualdade de gênero.

Lembrou que na Cúpula do Milênio os estados-membros das Nações Unidas haviam aprovado uma declaração conjunta, na qual assumiram o compromisso de promover uma postura global para melhorar as condições de vida de toda a humanidade, assegurando especialmente a igualdade de gênero e combatendo todas as formas de violência e discriminação contra a mulher. A declaração reconhece também a importância de promover uma participação mais ativa da mulher, sua independência econômica e o acesso ao emprego em condições de trabalho adequadas, como uma forma eficaz para combater a pobreza, a fome e as enfermidades e estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Como base para a reflexão e o intercâmbio entre os países membros do FIPA, o deputado Hauly também compartilhou as principais medidas adotadas no Brasil desde a Constituição de 1988, na qual se incluíram uma série de disposições em benefício das mulheres, a saber:

- Licença maternidade de 120 dias.
- Licença paternidade de 8 dias.
- O direito de possuir terras, tanto para homens como para mulheres.

- A igualdade de salários entre homens e mulheres.
- A igualdade na sociedade conjugal.
- O reconhecimento da união livre como entidade familiar.
- As garantias para combater a violência doméstica.

O deputado brasileiro acrescentou que, após a aprovação de uma emenda constitucional, seriam reservadas para as mulheres, em cada estado federal, um terço das vagas da Câmara dos Deputados a partir de 2010. A iniciativa também garantiria às mulheres 50% das vagas em cargos da administração pública a partir de 2030.

Além disso, mediante uma lei de setembro deste ano, foi aumentado em 60 dias a licença maternidade, passando de quatro para seis meses.

Ele ressaltou que embora 95% dos países assegurem os principais direitos democráticos, a presença feminina nos parlamentos é desproporcional ao número de mulheres que vivem e trabalham em nossas sociedades.

Em sua fala, o presidente do Congresso da República da Colômbia, Hernán Andrade, destacou o tema da atual crise financeira mundial e o estado de incerteza gerado por ela. O senador enfatizou que com a crise pôde-se perceber um sistema econômico com falhas graves, que não soube combinar a enorme geração de riqueza de poucos com o bem estar da grande maioria. Assim ficou demonstrado – disse – que o mercado não pode ser nem o grande reitor, e muito menos o principal doador de recursos em uma sociedade.

Entretanto, destacou que tal conjuntura abre a oportunidade de reconsiderar uma nova fase do capitalismo. Disse que assuntos anteriormente deixados de lado, como o da equidade e do desenvolvimento, deviam ser trazidos ao centro do debate como elementos a serem considerados antes de qualquer decisão do tipo macroeconômica, e que os Congressos deviam ser atores de primeiro nível na hora de definir um novo modelo de desenvolvimento para a região.

Ao concluir, disse que o papel da mulher, ao dar um novo ar e devolver a dignidade à política, era crucial na articulação da economia com os temas sociais e em fazer do crescimento o motor da inclusão.

2.2 Apresentação dos objetivos e da metodologia de trabalho para o congresso

Antes do início das sessões, a **senadora Cecilia López Montaña, senadora da República da Colômbia**, presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas e anfitriã do evento, apresentou os fundamentos do Congresso.

A senadora sustentou que as Américas se situavam, hoje, em uma posição privilegiada. Destacou que apesar de ser o lugar de origem da crise financeira mais severa depois da depressão dos anos 30, está surgindo no continente americano uma nova liderança política, caracterizada pela ética pública, pela transparência e por um enfoque no povo, como prioridade de desenvolvimento. Essa liderança, segundo a senadora, é capaz de voltar a articular todas as demandas às quais o Estado enfrenta, conduzindo a uma redefinição da ação política.

Disse, porém, que os desafios no tema de gênero são imensos. Detalhou que na macroeconomia, se devia insistir que as políticas não apenas não eram neutras em termos de gênero, mas também

tinham um conteúdo social, enquanto no produtivo, devia se buscar uma diversificação de base econômica que não marginalize as mulheres da inovação e que não propicie a concentração do poder político.

Referindo-se ao social, a senadora opinou que era preciso apoiar políticas que respondessem ao cumprimento dos direitos fundamentais hoje reconhecidos. No político, disse que cabia à mulher fazer do cargo político uma profissão nobre e elevar a capacidade do cidadão para que suas demandas se convertessem em assuntos públicos. Por fim, no âmbito ambiental, a senadora defendeu a necessidade de garantir a permanência da oferta de recursos naturais para o desfrute das gerações futuras.

Em consequência, pediu aos participantes que aproveitassem o fórum para iniciar o processo de construção de um plano de ação para que os parlamentos da América tenham maior curiosidade sobre temas de desenvolvimento e que estes contemplem a equidade de gênero. Um convite – disse - para que a política, através da função dos parlamentos, “se converta no motor da grande virada que tem que ser dada, para chegar à construção de uma sociedade mais justa”.

2.3 Sessão 1: Políticas econômicas e gênero

A primeira sessão temática do congresso, intitulada “*Políticas econômicas e gênero*”, foi moderada pela senadora do Canadá Céline Hervieux-Payette, ex-presidenta do FIPA e membro do Comitê Executivo.

2.3.1 Exposições

A sessão começou com uma palestra de **Alma Espino, do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento no Uruguai (CIEDUR)** sobre macroeconomia e gênero.

Ao iniciar sua apresentação Espino fez duas perguntas: “Por que falar de gênero e por que de gênero e economia?”.

O conceito de gênero, explicou, é entendido como uma categoria de análise para explicar as desigualdades entre as pessoas, o que implica distanciar-se das diferenças ideológicas entre homens e mulheres para falar de uma construção social e cultural mais complexa, determinada por um conjunto de regras formais e informais, de normas, idéias, crenças que vão dando forma ao que se denomina de o feminino e o masculino.

Há uma série de sinais – prosseguiu – que dão identidade, estabelecem diferenças e, sobretudo, colocam em situações hierárquicas diferentes. Nesse sentido, defendeu que o feminino, pode ser, em alguns aspectos, menos importante e visível que o masculino e que isso se dá especialmente nos âmbitos econômico e político. Também, que essas diferenças, sobretudo, naturais, culturais e históricas, se transformam em desvantagens para uns ou outros em relações sociais, que como tal podem ser trocadas e superadas.

Segundo Espino, assim como existe uma ordem econômica, existe uma ordem de gênero entendido como a construção histórica do contexto institucional que se baseou nas necessidades, experiências e interesses basicamente masculinos. Assim, as instituições e as normas têm um papel definitivo nas relações estabelecidas no mercado, no Estado e na família e nessas relações se sustenta em grande medida a ordem de gênero que vai regulando as relações entre homens e mulheres, suas expectativas e suas aspirações com relação aos demais.

A especialista explicou o propósito da análise de gênero das políticas econômicas era mostrar que os processos e políticas econômicas não eram naturais ao gênero e podiam reforçar desigualdades que afetavam excessivamente o bem-estar das mulheres. Falou que ignorar a dimensão de gênero pode afetar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento das sociedades pelo mau uso ou pela subexploração dos recursos humanos, e pela discriminação e segregação laboral, como a dupla jornada de trabalho remunerada e não remunerada, entre outros.

Referindo-se ao tema da “economia do cuidado”, Espino explicou que os lares constituíam unidades de poupança e de consumo que não obstante produziam bens e serviços. Ainda que não passem pelo mercado não se lhes é dado um preço e não são visíveis para a economia, neles se reproduz a força de trabalho, se formam os trabalhadores do hoje e do amanhã e da sociedade em seu conjunto porque se transmitem os valores e normas sociais que permitem o funcionamento da economia.

As políticas macroeconômicas das últimas décadas, disse a especialista, se orientam a reduzir a intervenção governamental e as regulações, com o fim de conseguir uma distribuição mais eficiente dos recursos econômicos, maiores taxas de crescimento, um incremento mais rápido do ingresso e a diminuição da desigualdade e da pobreza. Não obstante, não se propiciou um ambiente favorável para o melhoramento do bem estar das mulheres, nem para reduzir as brechas relacionadas com o gênero em relação às atitudes básicas, oportunidades e acesso a recursos.

Em matéria de política fiscal, Espino defendeu que era importante que se pudesse promover a formulação de orçamentos públicos sensíveis ao gênero, que atendam às necessidades e interesses de diferentes grupos de cidadãos. Esses orçamentos – indicou – se baseiam em que homens e mulheres utilizam os bens públicos de maneira diferente e têm prioridades distintas em relação ao gasto público.

A perspectiva de gênero nas políticas tributárias também pode ajudar a conciliar a vida familiar e laboral, mediante reduções em serviços de cuidado que barateiem seu custo ou mediante os impostos sobre a renda, porque têm impactos diferenciais como consequência do estado civil e/ou o tipo de família em que se encontram inseridos os contribuintes.

Destacou, por outro lado, que as políticas comerciais também são importantes porque parte do trabalho que as mulheres fazem não é visível, não é remunerado e não se traduz em empregos formais. Por formarem parte das grandes cadeias de trabalhadoras sem proteção social – destacou – as mulheres se concentram de maneira desproporcional em algumas atividades econômicas enquanto os homens se distribuem entre diversos setores de atividade.

A fim de avançar rumo a um marco normativo que faça da equidade de gênero uma política de Estado e de combater o aumento nos níveis de pobreza e a persistência da desigualdade, Espino compartilhou as seguintes recomendações:

- Integrar as dimensões sociais do desenvolvimento com as dimensões econômicas.
- Estimular formas de competência sustentáveis que incorporem o intercâmbio tecnológico e a melhora dos recursos humanos como um requisito básico.
- Propor objetivos de desenvolvimento humano que busquem a ampliação das capacidades e oportunidades de todos e todas.
- Introduzir ações cujo fim seja promover a igualdade e assegurar que as mulheres tenham acesso aos recursos produtivos.

Nas políticas públicas:

- Propiciar e aproveitar os investimentos na educação de mulheres e homens.
- Redefinir a relação existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo para que mulheres e homens tenham um papel protagônico em ambas as esferas.
- Desconstruir a idéia de que toda pessoa trabalhadora tem que responder a uma única norma – a masculina – sem levar em conta as responsabilidades familiares.
- Reconhecer o cuidado como uma necessidade central da humanidade.

A sessão continuou com um comentário da **senadora da República da Colômbia Nancy Patricia Gutiérrez, representante do Comitê Executivo do FIPA para a região sul-americana**, sobre as questões expostas por Alma Espino.

A senadora comentou que a apresentação de Alma Espino deixava uma série de reflexões para o trabalho legislativo que enfrenta o desafio de incrementar a produtividade da atividade da mulher a partir das decisões que toma o Estado. Salientou, por um lado, a necessidade de trabalho em conjunto dos políticos dos países em desenvolvimento, em torno de objetivos como a equidade de gênero.

Por outro lado, comentou que em momentos de crise, o setor das mulheres era o mais afetado porque havia menos oportunidades laborais ao se precarizar o emprego e ao ter maior flexibilidade das normas laborais e menor proteção da segurança social. Assim se gera – acrescentou – um círculo vicioso: A mulher que não acede à educação não tem oportunidades econômicas e fica em casa criando filhos que repetem o ciclo.

Ao concluir seu comentário a senadora Gutiérrez insistiu sobre a importância da participação no poder como maneira de influenciar sobre políticas macroeconômicas que incorporem uma perspectiva de gênero no crescimento e no desenvolvimento.

A apresentação da **deputada Martha Tagle Martínez, secretária da Comissão de Equidade e Gênero da Câmara dos Deputados do México**, sobre orçamentos sensíveis ao gênero, deu uma ilustração concreta sobre a maneira como o Poder Legislativo pode influenciar na política econômica, prestando atenção particular à situação das mulheres.

A deputada compartilhou os avanços que foram conquistados pouco a pouco no México sobre este tema, começando por uma bolsa de subsídios e passando por um orçamento por programas, até chegar a um orçamento transversal.

Tagle Martínez apresentou as prioridades da proposta da Comissão de Equidade e Gênero para o orçamento 2009:

- Reforçar as políticas e programas para o cumprimento das leis gerais de acesso das mulheres a uma vida livre de violência e de igualdade entre mulheres e homens.
- Em matéria de bem estar social, favorecer a acessibilidade das mulheres a melhores condições de vida e saúde, educação, emprego e moradia com programas específicos e/ou carimbados.
- Promover a igualdade entre mulheres e homens através de projetos produtivos e programas de desenvolvimento de habilidades empresariais nas distintas secretarias de Estado.

- Neste tema de impartição de justiça, assegurar o funcionamento de um observatório, a capacitação de magistrados, juizes e ministérios públicos, assim como ações de proteção integral em caso de vítimas de violências (refúgios).
- Na parte política, cumprir como o Consenso de Quito, e promover ações tendentes à paridade nos partidos e instituições eleitorais.
- Em matéria de tecnologia da informação e comunicações, implementar um programa de comunicação e acessibilidade à informação e comunicação em zonas rurais e periferias.

A deputada também apresentou os principais aspectos metodológicos utilizados pela comissão:

- Incorporaram-se os programas com perspectiva de gênero e se refletiram em sua matriz de indicadores.
- Identificou-se a população-objetivo atendida, diferenciada por sexo, grupo de idade, região do país, município ou demarcação territorial, e entidade federativa.
- Estão sendo estabelecidas as metodologias ou sistemas para que os programas gerem indicadores com perspectiva de gênero.
- Está sendo aplicada a perspectiva de gênero nas avaliações dos programas e se incluirá nas campanhas de comunicação social, conteúdos que promovam a igualdade entre mulheres e homens, a erradicação da violência de gênero, de funções e estereótipos que fomentem qualquer forma de discriminação.

Destacou, entretanto, que faltava apoiar a perspectiva de gênero na execução de programas ainda quando não estão dirigidos a beneficiar diretamente ao gênero feminino.

(Para ver a apresentação da deputada Tagle Martínez em PowerPoint acesse o site do FIPA na internet: www.e-fipa.org)

2.3.2 Debate

A moderadora, **senadora Céline Hervieux-Payette**, deu início ao turno de perguntas e debates, pedindo aos participantes que entregassem suas propostas por escrito para utilizá-las na preparação de um plano de ação que possa ser executado em cada um dos países da região.

Intervieram nessa discussão: **Alix Boyd-Knights** presidenta da **Assembléia de Dominica**; **Hilaria Supa Huamán**, congressista peruana; **María Teresa Nuñez de Arauz e Tomasa Yarhui**, deputada e senadora da **Bolívia**, respectivamente; **Thelma de Oliveira**, deputada brasileira e **Otilia Lux**, deputada da **Guatemala**, assim como alguns observadores da sociedade civil.

O debate demonstrou que havia um vínculo claro, do ponto de vista dos participantes, sobre a participação política da mulher e a possibilidade de por em prática políticas econômicas sensíveis ao gênero

Foi enfatizada, nesse sentido, a necessidade de financiar programas de capacitação para mulheres que querem iniciar-se na política e, em particular, a importância de promover a participação tanto política como



A deputada Otilia Lux, da Guatemala.

econômica da mulher indígena, afro-descendente e do meio rural. Também foi ressaltada a importância das bancadas femininas e outras formas de colaboração que permitem às legisladoras de diferentes partidos unirem-se para aprovar leis a favor das mulheres, como foi o caso no Brasil, Guatemala (ex.: lei contra o feminicídio) e no Peru (ex.: lei de igualdade de oportunidades).

Foram apresentadas iniciativas legislativas em curso na Bolívia, como o projeto de lei contra o assédio e violência política em razão de gênero e o projeto de lei de fiscalização da participação democrática de gênero, cujo propósito é controlar os partidos políticos para que cumpram com as normas vigentes.

2.4 Sessão 2: Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas

A sessão da tarde de 20 de novembro foi dedicada inteiramente à questão da crise econômica atual. Ainda que o tema não fosse parte da agenda inicial do Congresso, foi considerado essencial incluí-lo por ser este um dos primeiros encontros parlamentares em nível hemisférico desde o desencadear da crise.

A sessão, moderada pelo presidente do FIPA, o **deputado brasileiro Luiz Carlos Hauly**, permitiu captar a perspectiva de parlamentares de distintas regiões do continente sobre a maneira em que a crise impacta os respectivos países e a diferentes setores da população – em particular à mulher.

2.4.1 Exposições

A primeira exposição ficou a cargo do **deputado federal brasileiro Arnaldo Madeira**.

Antes de compartilhar suas reflexões sobre a crise atual, o deputado Madeira convidou os participantes a tomar consciência de que as discriminações em razão de gênero, raça e das minorias em geral não era um problema a resolver apenas com vontade política, mas também é necessário conhecer e entender a realidade para poder atuar sobre ela.

No contexto da sociedade globalizada, disse o deputado, no período 2003-2007 o mundo viveu um processo de expansão econômica que se caracterizou por taxas de crescimento superiores a 5%, um aumento da eficiência econômica e da produtividade. Referiu-se aos casos da China e Índia assim como o aumento de índices de educação, acompanhados de indicadores de expansão econômica no leste europeu.

Entretanto – explicou – com a atual crise se passou de um círculo que parecia virtuoso para um círculo destrutivo, com expansão enorme do consumo e aumento das taxas de inflação e desemprego que levaram o sistema a um colapso como resultado da falta de regulação do sistema econômico em seu conjunto, porque se confiava que o sistema se auto-regularia.

Temos assim, observou o deputado, uma perspectiva de uma recessão demorada, produto da volatilidade e do colapso da intermediação financeira, que os governos não estão em condições de resolver.

A perda de financiamento e concentração financeira em poucas mãos – resultado da fusão dos bancos – representa um risco que enfrentam vários países, detalhou.

O deputado ressaltou que os que sofrem e têm mais consciência da crise são as mulheres, apesar de sua precária participação nos espaços de decisão e poder.

Sobre esse assunto o representante do Brasil compartilhou algumas propostas de recomendações:

- Ter presente a importância de fortalecer a democracia, para evitar governos autoritários.
- Promover, com o uso da internet, a transparência na prestação de contas públicas e enfrentar a falta de ética da sociedade.
- Priorizar a educação primária para enfrentar o desafio que implica a economia e a sociedade do conhecimento

A sessão continuou com a **deputada dominicana María Estela de la Cruz**, representante do FIPA na América Central, que falou do impacto da crise sobre a mulher e das oportunidades que se abriram a partir dela.

Defendeu em primeiro lugar que se todos vão sofrer os impactos da recessão gerada pela crise financeira internacional (aumento do desemprego, redução do salário, trabalho informal, etc.), as mais prejudicadas seriam as mulheres, porque sofrem de segregação laboral por sua condição social, pela divisão sexual do trabalho e por sua maior exposição ao trabalho informal.

Outra implicação observou a deputada, é a migração feminina. Explicou

que se produziu uma feminização dos fluxos migratórios quando as mulheres em países desenvolvidos se incorporaram massivamente ao mercado de trabalho, transferindo as cargas de trabalho doméstico às imigrantes. Referiu-se à análise da Rede de Comércio e Gênero na América Central, segundo a qual o modelo de globalização busca mão de obra mais barata, menos conflituosa e mais disciplinada para produzir maior rentabilidade. Esses setores são mais prejudicados quando as taxas de rendimento caem e a crise está complicando, portanto, aos países que dependem das remessas proporcionadas pela migração, especialmente na América Latina.

A deputada da República Dominicana apresentou duas análises distintas quanto aos efeitos da crise sobre o trabalho das mulheres: uma segunda a qual as recessões econômicas tendem a reforçar os papéis tradicionais das mulheres, por exemplo, o da maternidade, posto que o modelo necessita que se retirem do mercado de trabalho e sustentem a economia do cuidado; outro, que tende a ser demonstrado por experiências anteriores e que defende que frente à escassez econômica, as mulheres saem ao mercado. Segundo esta última análise, a inserção pode ser precária e agonizante pela jornada de trabalho dupla, mas implica ao mesmo tempo a possibilidade de uma maior autonomia. Essa participação da mulher abre, portanto, uma janela de oportunidade, defendeu a deputada de la Cruz, indicando que os altos níveis educacionais, laborais e políticos da mulher fariam possível as trocas necessárias para conseguir o desenvolvimento na América Latina.

A representante dominicana concluiu que essa crise sem precedentes marcaria sem sombra de dúvidas uma etapa na história da humanidade e que os cenários eram cada vez mais propícios para conseguir o desenvolvimento pleno da mulher, transformando os centros de poder para obter um mundo com oportunidades iguais.



A deputada dominicana María Estela de la Cruz.

Em seguida contou-se com a exposição de **Rosemarie Husbands-Mathurin, presidente da Câmara dos Deputados de Santa Lucía**, que levou ao debate a perspectiva dos pequenos estados insulares.

Recordou que nove dos estados insulares do Caribe – incluindo Santa Lucia – formam parte da Organização dos Estados do Caribe Oriental, que implica um só mercado, serviços comuns, missões diplomáticas conjuntas, políticas de turismo e aviação civil regionais, moeda única, benchmarks regionais em campos como a educação e políticas que buscam proteger os pequenos mercados insulares.

Entretanto, detalhou, os informes do PNUD de 2007 indicam que as economias do Caribe se encontram em um estado de recessão ou lenta redução devido à crise energética, a crise na segurança alimentar e a recente crise financeira, que impactaram a renda provindas da manufatura e turismo e a atividade agrícola desses países.

A deputada disse que os países do Caribe tiveram que recorrer ao financiamento internacional para aumentar os rendimentos fiscais e que essas dificuldades macroeconômicas são refletidas em um aumento do desemprego, trocas na composição da força laboral e aumento dos índices de criminalidade que obrigam os grupos mais vulneráveis a buscar outros meios de subsistência, que os colocam em maior risco. Particularmente, detalhou-se que as crianças e jovens não têm acesso à educação e à saúde e que continuava crescendo o número de mulheres e idosos que vivem em estado de pobreza e em condições de saúde ruins. Cerca de 41% dos lares da região, comentou a representante da Santa Lucia, são liderados por uma mulher, que tem a carga a educação e a saúde das crianças.

Husbands-Mathurin se referiu a quatro áreas problemáticas para os governos do Caribe, que apesar de contarem com ministérios de Gênero não têm recursos nem pessoal suficiente:

- Violência baseada no gênero: há um crescente número de casos registrados de violência familiar tanto contra mulheres como contra homens, que não contam com políticas e estratégias para resolvê-las.
- Gênero e HIV-AIDS: maior incidência de mulheres e jovens. Foi iniciada uma série de campanhas para que as trabalhadoras sexuais sejam conscientes do cuidado e prevenção desta enfermidade mortal.
- Gênero e as migrações: há um êxodo massivo de trabalhadores caribenhos, especialmente enfermeiros e professores, em busca de melhores condições de vida. Esses fluxos migratórios implicam que os homens regressam mais do que as mulheres, com a conseqüente diminuição das remessas.
- Gênero e os desastres naturais: apesar da criação de um fundo de gestão de emergências para assistir às comunidades vítimas destes desastres, é um tema que não está resolvido e que afeta a homens e mulheres.

A representante de Santa Lucia acrescentou que os governos definiram uma série de programas e medidas para melhorar as oportunidades sociais e econômicas para os pobres, e o conseqüente compromisso de aplicar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Entretanto, concluiu a presidente da Câmara de Santa Lucia, o tema de gênero não faz parte da agenda de desenvolvimento do Caribe. Destacou por exemplo que apesar de umas tentativas (em particular em Belize) não existia orçamento sensíveis ao gênero, "por falta de vontade política".

A última apresentação ficou a cargo da **senadora Minerva Hernández, do México**.

A representante do México apresentou os fundamentos e características da crise e, de maneira mais específica, seus impactos sobre a economia mexicana, onde os indicadores econômicos nacionais e internacionais já testemunham seus efeitos.

Ressaltou que uma das lições que a crise nos deixa é que a auto-regulação dos mercados não funcionava e que, nas atuais condições, se requereria um Estado mais atento e vigilante, no qual as políticas monetária e econômica se encontrassem em sintonia com as necessidades de crescimento e se evitassem fenômenos como as desvalorizações constantes da moeda frente ao dólar.

Quanto ao impacto da crise sobre as mulheres, a senadora observou que da mesma forma que em outros países, esperava-se uma contração das oportunidades de emprego já que tradicionalmente as mulheres eram as primeiras a sair da atividade produtiva ou as que mais apresentavam dificuldades em entrar.

Somado a isso - acrescentou - as mulheres, que em sua maioria administram a economia dos lares e de outros ambientes como o laboral e o pessoal, teriam que fazer grande esforço para adequar o gasto à suas necessidades mais urgentes.

A senadora mexicana defendeu que neste âmbito deveriam ser considerados o reconhecimento e a valorização do trabalho de reprodução familiar não remunerado, realizado pelas mulheres, assim como sua inclusão sistemática e viabilização nas contas nacionais.

Indicou também que a maioria dos planos econômicos circunscrevia sua atenção à mulher do meio rural. Embora, apenas se referissem às mulheres camponesas e em situação de pobreza vinculadas ou sujeitas às políticas em matéria produtiva, "o que constitui uma grave limitação ao acesso das mulheres ao desenvolvimento".

Enfatizou também o impacto significativo que a crise terá sobre o setor educacional. Explicou que ao haver cortes no gasto familiar, aquelas famílias mais pobres terão menos recursos para mandar seus filhos à escola e os que atualmente vão, irão deserdando por falta de recursos para sustentar sua educação, incorporando-se assim ao mercado laboral informal para ajudar no mantimento da economia familiar. Apresentava-se assim, um retrocesso não apenas em nível pessoal, mas também no progresso do país.

A senadora pontuou os primeiros esforços empreendidos pelo Congresso da União no México para enfrentar a crise, refletidos no pacote econômico para o ano de 2009. Mencionou que no orçamento designado à seção das Mulheres e Igualdade de Gênero foram aprovados cerca de 9 milhões de pesos, quase o triplo do aprovado em 2006, com apenas 3 milhões de pesos.

Entre os tópicos aprovados a senadora destacou os programas dirigidos a mulheres para o financiamento à moradia, os fundos de micro-financiamentos às mulheres do meio rural, a atenção à saúde reprodutiva e a igualdade de gênero na saúde e os programas de estâncias infantis para mães trabalhadoras.

Ao finalizar, a senadora destacou a utilidade de ter um orçamento público com enfoque de gênero, já que é um instrumento de análise que permite reconhecer a atenção que os governos oferecem às necessidades, privilégios, direitos e funções diferenciadas que as mulheres e homens têm na sociedade, que derivam em uma situação de desigualdade social.

2.4.2 *Debate*

Durante o debate moderado pelo presidente do FIPA, pediram a palavra a **congressista peruana María Sumire**, a **senadora granadina Pemba Braveboy**, a **senadora boliviana María Esther Udaeta**, a **especialista uruguaia Alma Espino**, a **deputada guatemalteca Otilia Lux**, a **deputada brasileira Thelma de Oliveira**, a **deputada da Cuba Elsa Rojas Hernández**, o **deputado do Haiti Jean Beauvois Dorsonne**, a **senadora da Bolívia Tomasa Yarhui** e representantes da sociedade civil.

A necessidade de conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo foi o tema do debate. Vários participantes insistiram na necessidade de reconhecer o valor econômico do trabalho no lar, e ao mesmo tempo oferecer às mulheres oportunidades laborais em troca de uma remuneração que seja igual em valor à dos homens. Foi destacado o papel do Estado neste tema, já que o mercado não pode resolver esta problemática. Também se destacou a importância da colaboração entre mulheres e homens, e também entre as próprias mulheres, assim como a necessidade de dedicar maiores esforços ao combate à corrupção colocando em prática leis nacionais e internacionais.

A senadora boliviana María Esther Udaeta colocou o texto do projeto de nova Constituição Boliviana e da Agenda Legislativa Mulheres 2008-2011 como exemplos de textos que integram a perspectiva de gênero.

O deputado Haully concluiu a sessão de trabalho chamando os parlamentares representados a unir esforços para superar os desafios impostos pela crise e transformá-los em soluções.

2.5 **Sessão 3: Políticas sociais, gênero e desenvolvimento**

O segundo dia de trabalho começou com uma sessão sobre temas de políticas sociais, moderada pela **senadora colombiana Gloria Inés Ramírez**. A senadora localizou a reflexão dentro de um paradigma de desenvolvimento sustentável cujos eixos deveriam ser o emprego, a luta contra a pobreza e a proteção do meio ambiente.

2.5.1 *Exposições*

Rodrigo Uprimny, do Centro de Pesquisas de Justiça, convidou os participantes a refletirem sobre a utilidade de assumir um enfoque de direitos humanos, e em particular de gênero, nas políticas sociais, para que esta consiga maior legibilidade e consistência.

Para explicar como se poderia assumir dito enfoque, o pesquisador fez uma analogia com a política criminal, que assumiu um enfoque de direitos humanos ao respeitar estes direitos em seus moldes, por exemplo, com o devido processo. Para levar a sério os direitos humanos nas políticas sociais, continuou, deve-se primeiro interpretar adequadamente o conteúdo dos direitos sociais e logo respeitar, nas políticas sociais, os princípios transversais de direitos humanos como o de prestação de contas, transparência, participação e controle cidadão - contando com sistemas de indicadores e monitoramento para ver os avanços. Em terceiro lugar, reconhecer que existem enfoques diferenciais, o que significa que as políticas sociais e econômicas não podem ser neutras em termos de gênero porque afetam de maneira distinta a homens e mulheres.

Um enfoque de gênero - insistiu - viabiliza os impactos diferenciados de políticas sociais e dos direitos das mulheres.

Logo em seguida, expôs as vantagens de adotar este enfoque de gênero:

- Maior coerência avaliativa na sociedade. Se forem aprovadas normas e tratados que não levam em conta o desenvolvimento ao se formular políticas respectivas, gera-se incoerência.
- Sustentabilidade e harmonia institucional dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- Maior legitimidade social e política das políticas econômicas e sociais que correspondem aos valores que a sociedade proclama.
- Melhores políticas sociais, dado que este enfoque permite detectar as discriminações a fim de corrigi-las e assim chegar a sociedades mais justas e eqüitativas.

Ao concluir sua apresentação Uprimny defendeu que no momento se oferecia uma janela de oportunidade para assumir esse enfoque e que se deve aproveitá-la. Referiu-se assim ao fato de que, pelo fracasso das políticas das décadas de setenta e oitenta e pelas limitações das políticas durante os anos 90, instituições como o BID e a CEPAL haviam adotado enfoques sensíveis aos direitos sociais como o universalismo básico e a coesão social.

A sessão prosseguiu com as palestras das especialistas **Vivian Roza e María Elena Muñoz, da Unidade de Diversidade e Gênero do Banco Interamericano de Desenvolvimento.**

Roza falou sobre a incorporação de uma perspectiva de gênero na agenda legislativa na região e sua realização com a participação política da mulher.

Durante a última década, recordou Roza, foi constatado um crescimento importante no número de leis, políticas públicas e programas relacionados com os direitos da mulher, como são as reformas dos códigos da família, e a aprovação de leis contra a violência doméstica e a discriminação, de abuso sexual, de paternidade responsável, de saúde reprodutiva e feminicídio, entre outras.

Este incremento em leis e políticas a favor da mulher se deve a vários fatores que tem a ver com o ressurgimento do movimento internacional das mulheres, a adoção de acordos e convênios internacionais a favor da mulher como a Plataforma de Beijing, avanços dos direitos humanos da mulher no direito internacional, aberturas culturais, globalização, a democratização e outras mudanças na vida dos países da região.

Um dos fatores mais importantes que contribuíram para uma maior representação dos interesses das mulheres - disse - é a crescente participação delas nos parlamentos durante as últimas décadas.

Destacou que a partir dos anos 1990 o crescimento da participação feminina foi significativo. Por exemplo, partindo de uma média em ambas as câmaras de 5% em 1990, a representação feminina nos parlamentos alcançou 18% em 2008. Se a proporção de mulheres legisladoras nas Américas, de 21%, está abaixo da média dos países nórdicos, encontra-se acima da média mundial. A média para a América Latina e o Caribe é superior à dos Estados Unidos, mas inferior à do Canadá.

Apesar dos progressos alcançados, continuou Roza, as brechas de equidade entre homens e mulheres nos postos de representação política continuam altas. O crescimento é desigual dentro da população com mulheres indígenas e afro-descendentes, ainda que essas duas classes estejam

majoritariamente ausentes das posições de tomada de decisão públicas também em países com uma porcentagem mais significativa de população indígena e afro-descendente. As mulheres sofrem de níveis múltiplos e cumulativos de discriminação por razão de sexo, etnia e classe social. Por último, destacou-se, o progresso foi volátil, dado que os avanços alcançados em um ciclo político se perdem no próximo.

Roza explicou que apesar das variações entre países e dentro da população, o incremento da participação da mulher nos parlamentos coincidia com este aumento sem precedentes na aprovação de leis relacionadas aos direitos da mulher. Acrescentou que de todos os avanços legislativos alcançados pelas mulheres durante a década de 1990, um dos mais importantes foi a adoção da lei de cotas por parte de 13 países latino-americanos. Enfatizou que as cotas incrementaram a presença das mulheres nas legislaturas em 12 pontos percentuais, o que demonstrou sua efetividade para aumentar a representação política da mulher na região. Contudo, o efeito das cotas foi ligeiramente diversificado em cada país.

As mulheres também estão apoiando novos projetos de lei que aspiram reformular os modelos existentes de políticas sociais para modelos que busquem recuperar a cobertura universal de benefícios essenciais com qualidade homogênea e adequada, e fundamentalmente, outorgados com base nos princípios de cidadania. Este enfoque, denominado universalismo básico, indica a promoção de um conjunto de serviços de cobertura universal que cumpram com o estandarte de qualidade para todos e busquem reverter a visão das políticas compensatórias e residuais para buscar a consolidação de direitos. Esse modelo, que não é novo, explicou a representante do BID, insiste que o acesso a bens e serviços deve estar vinculado à condição de cidadania e não a dádivas ou influências. Esses direitos devem ser universais para que ao mesmo tempo consolidem uma sociedade democrática e igualitária. Desta forma, independente de gênero, etnia, condição laboral, renda, região ou afiliação política, existirá um conjunto de proteções básicas garantidas pelo Estado.

Por outro lado, Roza nomeou diferentes fatores que favorecem a inclusão da perspectiva de gênero na agenda legislativa. Assim, mencionou a crescente capacidade das organizações da sociedade civil para monitorar a ação legislativa e apoiar às mulheres parlamentares, a crescente influencia das bancadas femininas parlamentares e os institutos nacionais da mulher e a gestão e coordenação da bancada parlamentar com as organizações sociais de base. Destacou também como fator, a existência de uma opinião pública relativamente mobilizada a favor da incorporação do gênero nas políticas públicas e da participação política das mulheres.

Ao finalizar sua apresentação explicou que a transversalização da perspectiva de gênero na função legislativa requeria uma estratégia para conseguir que as preocupações e experiências das mulheres, da mesma forma que as dos homens, sejam parte integrante na elaboração, posta em marcha, controle e avaliação das políticas e dos programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, de maneira que as mulheres e os homens possam beneficiar-se deles igualmente e não se perpetue a desigualdade. A esse respeito mencionou cinco mecanismos principais que permitiriam enfrentar este desafio:

- Aumentar a representatividade dos parlamentos por meio de uma participação maior das mulheres, indígenas e afro-descendentes.
- Melhorar os canais de comunicação entre parlamentares e as mulheres que elas (os) representam.
- Incorporar a perspectiva de gênero na prestação de contas parlamentares, fortalecer e criar mecanismos de prestação de contas à sociedade civil e os meios de comunicação - tais

como informes anuais, diálogos e avaliações cidadãs - e fortalecer ou criar oficinas ou secretarias de gênero dentro da estrutura organizacional dos parlamentos, que promovam e realizem o monitoramento da incorporação da perspectiva de gênero na função legislativa.

- Facilitar a participação das mulheres no processo político de tomada de decisões legislativas. Estabelecer unidades técnicas especializadas em gênero e direitos humanos das mulheres, para que assistam às legisladoras em suas atividades. Capacitar as legisladoras e suas equipes de trabalho em temas de gênero.
- Assegurar o cumprimento, continuidade e financiamento da legislação de gênero que existe hoje.



As congressistas peruanas Juana Huancahuari e Hilaria Supa.

A última palestrante da sessão, a perita **María Elena Muñoz**, falou sobre o banco de dados de legislação indígena do BID.

Explicou que este banco de dados continha ordenamentos jurídicos para sua consulta na elaboração de políticas, estratégias e operações do BID. Além de facilitar seu manejo, torna possível incorporar os direitos inerentes à diversidade cultural nas atividades do BID. Propõe-se também como uma ferramenta para o desenho de políticas e estratégias que incorporem as particularidades culturais e as próprias estratégias de desenvolvimento e sobrevivência dos povos indígenas.

O banco de dados inclui legislações nacionais e internacionais, incluindo normas vigentes com término em 2006. Contém legislações nacionais específicas para população indígena (no direito interno indígena ou direito nacional geral).

Graças ao banco de dados, é possível observar que a legislação reflete mudanças importantes da perspectiva de integração e assimilação do reconhecimento da multiculturalidade. Em efeito, disse, a legislação reflete, hoje em dia, mudanças nas demandas indígenas tais como o reconhecimento de autonomia, reconstrução cultural, etno-educação, governos locais, participação nacional, regional e local, economia (desenvolvimento com identidade), justiça indígena e manejo de recursos naturais. Algumas normas moldam-se no campo do pluralismo jurídico (autonomia, jurisdição indígena, manejo territorial).

Muñoz resumiu também a metodologia que havia sido utilizada para a construção do projeto. Para a compilação de textos legais se incluiu toda a legislação que os países tinham através de 20 tópicos e sub-tópicos, em diversos níveis. Da mesma forma, se estabeleceu um sistema de ponderação para a construção do índice de legislação indígena. Explicou também que as legislações se avaliaram qualitativamente e se organizavam em cinco categorias fundamentais: direitos culturais, direitos econômicos, territoriais e ambientais, jurisdição especial indígena, direitos políticos e direitos sociais.

Ao concluir, falou que o BID estava disposto a melhorar o banco de dados para que se transforme uma ferramenta útil para os Congressos, os governos, a população indígena e também para os estudiosos.

(Para ver as palestras de Vivian Roza e María Elena Muñoz em PowerPoint acesse o site do FIPA na internet: www.e-fipa.org)

2.5.2 Debate

As parlamentares **Tomas Yarhui, da Bolívia; Judith Díaz, do México; Hyacinth Bennett, da Jamaica; Otilia Lux, da Guatemala; Juana Huancahuari, do Peru; María Estela de la Cruz, da República Dominicana; María Mercedes Maciel Ortiz, do México e Hilaria Supa Huamán, do Peru**, pediram a palavra durante o diálogo parlamentar sobre políticas sociais.



A senadora Hyacinth Bennett, da Jamaica, e a senadora mexicana Judith Díaz.

participação feminina graças a um acordo entre as mulheres de todos os partidos políticos. Foi mencionada também a lei aprovada na República Dominicana para estabelecer a obrigatoriedade da participação proporcional das mulheres em nível dos partidos políticos.

Foi percebido que a agenda do evento não dava atenção suficiente ao tema de gênero e violência política, e que valeria a pena estudar experiências sobre o assunto, como a Lei colombiana de reparações às vítimas do conflito.

Reformulou-se, entre outras questões, a necessidade de focar a questão das mulheres indígenas, mediante a capacitação e apoio ao desenvolvimento da nova legislação. Notou-se nesse âmbito o potencial do banco de dados da legislação indígena do BID como instrumento de base. Enfatizou-se também o papel dos meios de comunicação e sua função social na eliminação dos estereótipos difundidos sobre a mulher. Uma vez mais, a necessidade de uma colaboração maior entre homens e mulheres foi destacada.

Quanto a iniciativas legislativas, foi mencionada a reforma legal sobre representação política no México, que permite chegar a 40% de

2.6 Sessão 4: Debate sobre sustentabilidade ambiental e gênero

A análise do tema da sustentabilidade ambiental e gênero tomou a forma de uma discussão aberta entre os participantes, moderada pela **congressista Juana Huancahuari do Peru**.

Participaram do debate **a senadora María Esther Udaeta, da Bolívia; a deputada Elsa de Guadalupe Conde Rodríguez, do México e a senadora Severina Pérez Cahuapaza, da Bolívia**.

A congressista Huancahuari abriu o debate compartilhando algumas propostas legislativas que permitiriam regulamentar os temas da agenda ambiental em matéria de mudanças climáticas, desmatamento e biodiversidade, em particular.

A senadora Udaeta entregou os resultados da "Auditoria de Gênero nos setores de saneamento básico e de irrigação na Bolívia", na qual se avaliaram os resultados do investimento nos setores de saneamento básico, irrigação, segurança alimentar e o impacto sobre as condições de vida das mulheres e suas famílias.

A deputada Conde compartilhou as conclusões do Terceiro Congresso da Mulher na Política e na Governabilidade, realizado nas Filipinas entre 19 e 22 de outubro de 2008, no qual se centrou o tema "Gênero e mudanças climáticas". Destacou que como as mudanças climáticas e os desastres naturais interferem de maneira distinta na vida masculina e feminina, é necessário legislar com enfoque em gênero sobre esta matéria. Também enfatizou a necessidade de construir políticas públicas para atuar e prevenir os desastres dessa perspectiva e de se fazer investimentos no desenvolvimento das comunidades indígenas e rurais para que ajudem na conservação dos recursos naturais.

Nas intervenções foram destacadas as necessidades de adotar uma visão multicultural e de enfoque de gênero, levando em conta o reconhecimento dos povos indígenas na racionalização dos recursos naturais e para a expedição da legislação ambiental e mineira.

2.7 Sessão 5: Democracia, reformas político-eleitorais e de gênero

A última sessão temática foi moderada pela **senadora colombiana Elsa Gladys Cifuentes**, que convidou os participantes a uma reflexão sobre o acordado durante o congresso sobre a participação política das mulheres. Qualificou essa participação em seu país como "precária", e pediu o apoio da comunidade internacional para empreender uma campanha de sanções eleitorais que permitam uma melhora nesse sentido.

2.7.1 Exposições

Oscar Sánchez, especialista em governabilidade democrática do PNUD, deu início à sessão com uma consideração sobre o conceito de democracia de cidadãos e cidadãs, que resultou no *Informe sobre o estado da democracia na América Latina*, publicado pelo PNUD em 2004.

Sánchez convidou os participantes a se perguntarem, primeiramente, quais haviam sido os resultados do processo de democratização que começou há vinte anos na América Latina. Destacou que, ainda que os governantes fossem eleitos democraticamente, persistiam problemas nos resultados, sem obtenção de uma sociedade incluyente, respeitosa dos direitos das pessoas, das mulheres e crianças, especialmente os que estão na situação de pobreza.

"Como definir, então, a democracia?", perguntou o representante do PNUD. "Como obter um sistema de seleção de governantes com participação pluralista? Como colocar em prática um modelo de Estado que respeita os direitos, que conta com instituições que controlam umas às outras e estabelecem mecanismos de participação entre Estado e sociedade civil? Ou melhor, Como obter um tipo de sociedade na qual a riqueza e o bem estar estão distribuídos de maneira igualitária?".

Segundo Sánchez, os resultados da democracia no sentido da universalidade dos direitos entram essa concepção. Provém de uma idéia normativa, de um conjunto de valores sobre o tipo de sociedade que tem sentido na democracia, denominada pelas Nações Unidas como "desenvolvimento humano", o que significa que só se alcança a mudança se os seres humanos, homens e mulheres, conseguirem maior grau de liberdade e aumentarem suas possibilidades para desenvolver seus projetos de vida e integrarem uma sociedade incluyente. Então, a democracia é essencial para o conceito de progresso que se articula na noção de cidadania.

Todos os seres humanos pelo direito de serem cidadãos têm um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, coletivos que lhes outorga tal dignidade e se traduz em uma cidadania integral como a concepção básica da democracia.

Andrew Elis, da International IDEA, deu continuação à sessão com uma palestra sobre sistemas eleitorais e a participação das mulheres.

Recordou em primeiro lugar que apesar de se ter alcançado 18% de participação feminina nas legislaturas do mundo, faltava muito para chegar à meta de Beijing, de 30%. Na América latina apenas três países, Argentina, Costa Rica e Cuba, alcançaram essa meta.

Depois colocou três fatores que influenciavam negativamente a representação da mulher:

- Os tipos de sistemas eleitorais: majoritários, proporcionais ou mistos.
- A introdução de sistemas de cotas (presentes em 95 países) na Constituição política ou na lei, ou ainda de maneira voluntária por parte dos partidos políticos.
- A magnitude do distrito, no qual se determina o número de pessoas que um partido pode nomear; nos maiores há mais possibilidade de ter um equilíbrio de gênero na legislatura.
- A magnitude do partido: a maioria de candidatos eleitos do mesmo distrito e do mesmo partido aumenta a possibilidade de equilíbrio de gênero.
- O modelo que produz maior competência: muitos partidos na legislatura e menos votos em branco ou anulados.

Ellis explicou que também se poderiam adotar formas de combinação entre sistemas eleitorais e cotas de gênero para maximizar o efeito; por exemplo, listas fechadas que definiriam a ordem dos candidatos, como no sistema "zebra".

Comentou que no caso de listas abertas, onde se colocam os candidatos em uma ordem que possibilite votar por candidatos individuais e não por partidos, o problema que poderia acontecer seria o caso de deixarem as mulheres nos últimos lugares.

Ao apresentar outros fatores importantes, mencionou os culturais, preferências dos votantes, procedimentos de nomeação por parte dos partidos, financiamento dos partidos, imposição de sanções-multas por não respeitar a lei de cotas, participação dos meios de comunicação para que se dê às mulheres uma cobertura equilibrada, etc.

E por fim, defendeu que a aplicação da lei eleitoral dependente da seriedade com que ela é tomada.

A última palestra do dia ficou a cargo de **Raúl Alconada Sempé, assessor principal da Secretaria de Assuntos Políticos da Organização dos Estados Americanos (OEA)**.

Após ressaltar o compromisso de fortalecer os laços entre o FIPA e a OEA, Alconada Sempé fez algumas considerações sobre a situação da democracia e da mulher nas Américas. Referiu-se ao *Informe sobre democracia* do PNUD, o qual resgata o que significou recuperar a democracia na região. Explicou que, ao revisar os resultados, constatou-se que a desigualdade e a pobreza haviam aumentado - uma realidade difícil de entender posto que já não se podiam atribuir os problemas às ditaduras.

À luz destas reflexões, o representante da OEA convidou os participantes a enxergar a democracia como um sistema para organizar e distribuir o poder. Como perguntas para refletir, indagou: "Como se sustenta esse sistema? O que foi que faltou se somos nós os que elegem? Por que há um núcleo de poder que não compete a ninguém - do qual são vítimas homens e mulheres?".

Ao recordar que as mulheres manifestam que apesar de terem o direito à cota, não lhes é permitido revisar as estruturas, perguntou-se como fazer, então, correções no sistema de democracia liberal e como se devem tratar os meios de comunicação, já que estes têm seus próprios interesses econômicos.

Diante dessas numerosas perguntas, Alconada Sempé propôs algumas pistas de solução:

- Não considerar que as mulheres pertencem a um grupo homogêneo.
- Aprovar o financiamento da capacitação e participação da mulher na política.
- Eleger juízes eleitorais para que imponham sanções e garantam o cumprimento das leis e convenções, levando em conta que as mesmas têm um valor relativo.

2.7.2 Debate



Deputados do Haiti e da República Dominicana conversando

Após assistir as palestras a moderadora **Elsa Gladys Cifuentes, senadora da Colômbia**, abriu a discussão. Fizeram parte do debate a congressista **Hilaria Supa Huamán, do Peru**; a senadora **Céline Hervieux-Payette, do Canadá**, a deputada **Magda Rodríguez, da República Dominicana** a senadora **Tomasa Yarhui, da Bolívia**; a deputada **Otilia Lux, da Guatemala**; a deputada **Martha Tagle Martínez, do México**; a deputada **Olga Marta Corrales Sánchez, da Costa Rica** e a presidenta da **Assembléia de Dominica, Alix Boyd-Knights**.

Um dos principais temas da discussão girou em

torno da dificuldade de passar da lei para a ação, tanto na aplicação dos tratados internacionais e declarações da ONU como na legislação eleitoral

em nível nacional. Vários participantes apoiaram a idéia de uma mudança de estratégia, ou seja, impor sanções eleitorais aos partidos que não aplicam as leis de cota e outras regras a favor da participação feminina. Foi mencionado em particular o exemplo do projeto de lei de fiscalização democrática pro - equidade de gênero na Bolívia, que implica sanções da Corte Nacional Eleitoral e do Ministério Público.

Outro tema foi o dos meios de comunicação que distorcem a imagem da mulher política, além de não dar visibilidade aos temas de gênero. Logo que ficou claro que não se podiam impor mecanismos legais para solucionar este problema, foi proposto que haja alianças entre organizações da sociedade civil e organizações internacionais para prover capacitação e sensibilizar os jornalistas sobre os temas de gênero.

Enfatizou-se também, a importância de dar financiamento público às campanhas de candidatas mulheres, de promover a participação delas nas estruturas de poder dos partidos políticos e de chegar à paridade a nível das candidaturas. A representante da Costa Rica indicou sobre esse assunto que a Comissão de descentralização de sua Assembléia havia aprovado uma proposta para alcançar 50% de participação da mulher.

Durante o congresso, se enfatizou a necessidade de ter sistemas políticos mais sensíveis à participação da mulher indígena em particular.

2.8 Sessão 6: Recomendações para um projeto de agenda legislativa e desenvolvimento de uma estratégia de seguimento

A última sessão de trabalho foi dedicada à revisão e consideração das recomendações propostas durante as cinco sessões temáticas. A **presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, a senadora Cecilia López da Colômbia**, dirigiu a sessão, com o apoio da **ex-presidenta do FIPA, a senadora canadense Céline Hervieux-Payette**.

Foram lidas as recomendações extraídas de cada sessão temática do congresso: políticas econômicas e gênero; crise internacional, desenvolvimento e gênero; políticas sociais e gênero; sustentabilidade ambiental e gênero e democracia, reformas político-eleitorais e gênero.

Cada recomendação foi aprovada de forma unânime. A fim de assegurar um seguimento eficaz, pediu-se aos participantes que apresentassem essas recomendações em suas câmaras legislativas, e que cada parlamento membro designasse um representante para informar de forma regular ao FIPA dos avanços realizados durante sua execução.

(As recomendações aparecem na seção 3 do presente informe)



Cecilia López, anfitriã do evento e Céline Hervieux-Payette, ex-presidenta do FIPA

2.9 Encerramento

O encerramento oficial do congresso procedeu com as palavras da ex-presidenta do FIPA.

A senadora Céline Hervieux-Payette destacou que, inclusive no Canadá, chegar à igualdade de gênero era uma luta de todos os dias. Ao se referir aos indicadores do Fórum Econômico Mundial, que medem o tamanho da lacuna de gênero, indicou que o Canadá havia caído de 18º para o 31º lugar no ranking mundial, atrás de vários países em desenvolvimento.

A legisladora se manifestou reconfortada pela qualidade das idéias discutidas durante os dois dias de trabalho e pela liderança demonstrada pelas parlamentares e pelos parlamentares presentes.

Felicitou calorosamente à presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas pelo enorme esforço demonstrado ao realizar o bem-sucedido evento. Agradeceu ao Senado da República da Colômbia por ter oferecido seu recinto para sediar o Congresso e à Fundação Agenda Colômbia pela colaboração em coorganizar a atividade com o FIPA.

A senadora agradeceu também ao BID, à Corporação General Motors, à UNIFEM, à International IDEA e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pelo seu apoio financeiro. Agradeceu à OEA e às várias organizações que haviam contribuído com o congresso mediante a participação de especialistas.

O Congresso se deu por terminado.

3. Recomendações

Aprovadas em 21 de novembro de 2008.

Nós, mulheres e homens parlamentares das Américas, reunidos para o Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas” em 20 e 21 de novembro de 2008, em Bogotá, Colômbia, fazemos as seguintes recomendações, que devem ser apresentadas aos nossos respectivos Parlamentos:

Políticas econômicas e gênero

- Iniciar o processo de construção de um Plano de ação para que os Parlamentos da América tenham maior ingerência sobre os temas de desenvolvimento e que os mesmos contemplem a igualdade de gênero.
- Incorporar a perspectiva de gênero como um aspecto central e transversal na formulação de orçamentos públicos do setor central, regional e local¹ que os conduza a serem equilibrados e sustentáveis, e que não sejam traduzidos em programas e projetos isolados com caráter marginal ou subsidiário.
- Reconhecer durante a negociação de acordos comerciais a necessidade de tornar visível e remunerar eqüitativamente o trabalho das mulheres, isso sendo traduzido em empregos formais com as devidas garantias de proteção e seguro social.

Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas

- A crise global golpeia de modo especial a mulher, mas as crises também podem dar lugar a oportunidades; para tanto se deve trabalhar de maneira criativa para que a nova ordem a ser configurada - não como um retoque da atual, mas sim como uma cirurgia profunda que parta de uma visão integral, inclusiva e sustentável - supere a desigualdade de gênero e muitas outras iniquidades existentes hoje.
- Adotar novos critérios a fim de estabelecer a competitividade econômica dos países, assegurando-se que isto não implique no aviltamento dos salários e em novas formas de exploração.
- Redefinir a relação existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo para que mulheres e homens tenham um papel preponderante em ambas as esferas.

¹ Nota do revisor: Ou seja, da União, Estados e Municípios.

Políticas sociais, gênero e desenvolvimento

- Assumir um enfoque de direitos sociais e especialmente de gênero no desenho das políticas sociais, tendo em conta que se apresenta uma janela de oportunidades ou um cenário propício para o diálogo entre o social e o gênero.
- Reconhecer as seguintes vantagens em se ter um enfoque de gênero nas políticas sociais: (i) Coerência de valores entre a legislação e a realidade; (ii) Sustentabilidade institucional dos poderes legislativo, executivo e judicial; (iii) Maior legitimidade social e política; e (iv) Melhores políticas sociais, porque permite detectar as discriminações existentes para corrigi-las.
- Os direitos humanos devem ser reconhecidos nas políticas sociais como ocorre nas políticas criminais.

Sustentação ambiental e de gênero

- Desenvolver novos paradigmas de sustentação ambiental e de gênero.
- Levar em conta a cultura e a dignidade dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.
- Construir uma auditoria com enfoque de gênero sobre os investimentos realizados na sustentação dos recursos naturais.

Democracia, reformas político eleitorais e gênero

- Promover a articulação do Legislativo com as organizações sociais de base com o intuito de assegurar o cumprimento da lei de cotas.
- Sensibilizar os meios de comunicação com o objetivo de tornar visível a participação política da mulher e transformar os estereótipos de gênero.
- Propor o financiamento público da participação política que venha a favorecer a inclusão da mulher.

CECILIA LÓPEZ MONTAÑO

Senadora da Colômbia
Presidenta do Grupo de Mulheres
Parlamentares das Américas do FIPA

CÉLINE HERVIEUX-PAYETTE

Senadora do Canadá
Ex-presidenta do FIPA

Juana Laverde Castañeda

Relatora

4. Anexos

4.1 Anexo 1 – Países e delegados participantes

DELEGADOS

Bolivia

Senadora Severina Pérez Cahuapaza
Senadora María Esther Udaeta
Senadora Tomasa Yarhui
Deputada María Teresa Nuñez de Arauz

Brasil

Deputada Thelma de Oliveira
Deputado Luiz Carlos Jorge Haully (Presidente do FIPA)
Deputado Arnaldo Madeira

Canadá

Senadora Céline Hervieux-Payette

Colômbia

Senadora Elsa Gladys Cifuentes
Senadora Nancy Patricia Gutiérrez Castañeda
Senadora Cecilia López Montaña (Anfitriã, presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA)
Senadora Gloria Inés Ramírez

Costa Rica

Deputada Olga Marta Corrales Sánchez

Cuba

Deputada Elsa Rojas Hernández

Dominica

Alix Boyd-Knights, Presidenta da Assembléia

Granada

Senadora Pemba Braveboy

Haiti

Deputado Audne Alcide
Deputado Jean Beauvois Dorsonne
Deputado Jean Claude Lubin

Guatemala

Deputada Otilia Inés Lux García

Jamaica

Senadora Hyacinth Bennett

México

Senadora Judith Díaz Delgado
Senadora Minerva Hernández Ramos
Deputada Irene Aragón Castillo
Deputada Elsa de Guadalupe Conde Rodríguez
Deputada María Mercedes Corral Aguilar
Deputada María Mercedes Maciel Ortiz
Deputada Marisol Mora Cuevas
Deputada Ana María Ramírez Cerda
Deputada Martha Angélica Tagle Martínez

Peru

Congressista Juana Aidé Huancahuari Páucar
Congressista María Sumire
Congressista Hilaria Supa Huamán

República Dominicana

Deputada María Estela de la Cruz
Deputada Yuderka de la Rosa
Deputada Magda Rodríguez

Santa Lucia

Rosemarie Husbands-Mathurin, Presidenta da Câmara dos Deputados

EXPOSITORES

Raúl Alconada Sempé, Organização dos Estados Americanos
Andrew Ellis, Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral
Alma Espino, Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento no Uruguai
María Elena Muñoz, Banco interamericano de Desenvolvimento
Vivian Roza, Banco Interamericano de Desenvolvimento
Oscar Sánchez, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Colômbia

RELATORA

Juana Laverde Castañeda

FUNDACIÓN AGENDA COLOMBIA

Carlos Alberto García
Millerlady López Betancur
Eduardo Rojas

SECRETARIADO TÉCNICO DO FIPA

Emmanuelle Pelletier

OUTROS PARTICIPANTES

Marie-Édith Hilaire, Centro Parlamentar – Canadá
Patrick Joseph, Parlamento do Haiti
Danielle Labonté, Parlamento do Canadá
Iliana Pereyra, Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe – Uruguai

4.2 Anexo 2 – Programa

O Grupo de Mulheres Parlamentares do FIPA e a Fundação Agenda Colômbia convidam para participar do Congresso de Parlamentares:

“Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”

Agenda

Bogotá, Colômbia, 20 e 21 de novembro de 2008

Quarta-feira, 19 de novembro de 2008		
Tarde e noite		Translado dos delegados do aeroporto internacional Eldorado de Bogotá ao Hotel Crowne Plaza Tequendama
Quinta-feira, 20 de novembro de 2008		
8:00		Encontro no lobby do Hotel Crowne Plaza Tequendama e Translado ao Capitólio Nacional
8:30	9:00	Credenciamento
9:00	10:00	<p>Cerimônia de instalação <i>Capitólio Nacional, Recinto do Senado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bruno Moro <i>Representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Colômbia.</i> ▪ Luiz Carlos Haully <i>Deputado federal do Brasil, Presidente do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA).</i> ▪ Hernán Andrade <i>Presidente do Congresso da República da Colômbia.</i>
10:00	10:15	<p>Apresentação dos objetivos e da metodologia de trabalho para o Congresso</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cecilia López <i>Senadora da Colômbia, presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA.</i>
10:15	10:45	Intervalo

10:45	11:30	<p>Sessão 1 : Políticas econômicas e gênero <i>Capitólio Nacional, Recinto do Senado</i> Moderadora : Céline Hervieux-Payette <i>Senadora do Canadá, Ex-presidente do FIPA e membro do Comitê Executivo.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alma Espino; Macroeconomia e gênero <i>Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento. Montevideú, Uruguai.</i> ▪ Nancy Patricia Gutiérrez: Comentários <i>Senadora da Colômbia, Vice-presidente do FIPA pela América do Sul.</i> ▪ Martha Angélica Tagle Martínez: Orçamentos sensíveis a gênero <i>Deputado do México, Secretária da Comissão de Equidade e Gênero.</i>
11:30	12:30	Diálogo de parlamentares
12:30	14:30	<i>Almoço</i>
14:30	15:45	<p>Sessão 2: Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas <i>Capitólio Nacional, Recinto do Senado</i> Moderador: Luiz Carlos Hauly <i>Deputado federal do Brasil, Presidente do FIPA.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Arnaldo Madeira <i>Deputado federal do Brasil.</i> ▪ María Estela de la Cruz <i>Deputada da República Dominicana, Vice-presidente do FIPA pela América Central.</i> ▪ Rosemarie Husbands-Mathurin <i>Presidenta da Câmara dos Deputados de Santa Lucia</i> ▪ Minerva Hernández Ramos <i>Senadora do México</i>
15:45	16:00	<i>Intervalo</i>
16:00	17:00	Diálogo de parlamentares
Sexta-feira, 21 de novembro de 2008		
8:00		Encontro no lobby do Hotel Crowne Plaza Tequendama e Translado ao Capitólio Nacional

8:30	9:00	<p>Sessão 3: Políticas sociais, gênero e desenvolvimento <i>Capitólio Nacional, Recinto do Senado</i> Moderadora: Gloria Inés Ramírez <i>Senadora da Colômbia.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rodrigo Uprimny <i>De Justicia. Colômbia.</i> ▪ Vivian Roza e María Elena Muñoz <i>Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, D.C.</i>
9:00	10:00	Diálogo de parlamentares
10:00	10:30	<i>Intervalo</i>
10:30	11:00	<p>Sessão 4: Debate sobre o tema “Sustentabilidade Ambiental e Gênero”. Moderadora: Juana Aidé Huancahuari <i>Congressista do Peru.</i></p>
11:00	11:45	<p>Sessão 5: Democracia, reformas político-eleitorais e de gênero. <i>Capitólio Nacional, Recinto do Senado</i> Moderadora: Elsa Gladys Cifuentes <i>Senadora da Colômbia</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oscar Sánchez <i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Colômbia.</i> ▪ Andrew Ellis <i>Diretor das operações, International IDEA.</i> ▪ Raúl Alconada Sempé <i>Assessor principal da Secretaria de Assuntos Políticos, Organização dos Estados Americanos.</i>
11:45	12:45	Diálogo de parlamentares
12:45	14:30	<i>Almoço</i>
14:30	16:15	<p>Sessão 6: Recomendações para um projeto de agenda legislativa e desenvolvimento de uma estratégia de seguimento</p> <p>Animadora: Cecilia López <i>Senadora da Colômbia, presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA.</i></p>
16:15	16:30	<i>Intervalo</i>
16:30	17:30	Sessão 6: Continuação
17:30		<p>Encerramento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Céline Hervieux-Payette <i>Senadora do Canadá, Ex-presidente do FIPA e membro do Comitê Executivo.</i>

4.3 Anexo 3 – Melhores práticas parlamentares e propostas de recomendações: contribuições dos participantes

4.3.1 Canadá

LEIS E POLÍTICAS ECONÔMICAS

- A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher completou um amplo estudo acerca de orçamentos sensíveis ao gênero. Fez várias recomendações ao governo federal, especialmente ao Ministério da Fazenda do Canadá, para garantir que as políticas tributárias sejam sensíveis ao gênero. O relatório sugeriu que o governo federal estabelecesse mais mecanismos de prestação de contas em matéria de igualdade de gêneros, tais como a apresentação de legislação sobre igualdade de gêneros e a criação de um Escritório do Comissionado para a Igualdade de Gênero.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

Towards Gender Responsive Budgeting: Rising to the Challenge of Achieving Gender Equality (Por uma preparação de orçamentos sensíveis ao gênero: aceitando o desafio de conseguir a igualdade de gênero)

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=3551119&Language=E&Mode=1&Parl=39&Ses=2>

- A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher estudou as condições econômicas das mulheres e emitiu várias recomendações para melhorar sua segurança financeira.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

Improving the Economic Security of Women: Time to Act (Como melhorar a segurança econômica das mulheres: está na hora de agir)

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=3034875&Language=E&Mode=1&Parl=39&Ses=1>

LEIS E POLÍTICAS SOCIAIS

Imigração

Em virtude da *Immigration and Refugee Protection Act* (IRPA) (Lei de Imigração e Proteção aos Refugiados), o Ministério da Cidadania e Imigração do Canadá (*Citizenship and Immigration Canada*) deve apresentar um relatório anual ao Parlamento sobre o funcionamento da referida Lei, a qual inclui uma cláusula que exige uma análise baseada no gênero sobre o impacto desta Lei.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

Annual Report to Parliament on Immigration, 2007 – Section 6 – Gender-Based Analysis of the Impact of the Immigration and Refugee Protection Act (Relatório anual sobre imigração apresentado ao Parlamento, 2007 – Artigo 6 – Análise baseada no gênero sobre o impacto da Lei de Imigração e Proteção de Refugiados)

<http://www.cic.gc.ca/english/resources/publications/annual-report2007/section6.asp>

Tráfico de pessoas

A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher concluiu um estudo sobre o tráfico de pessoas no Canadá e analisou as formas de prevenção do tráfico, a proteção de vítimas e os processos judiciais iniciados contra os delinquentes. Este relatório inclui diversas recomendações para abordar este problema.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

Turning Outrage into Action to Address Trafficking for the Purpose of Sexual Exploitation in Canada (Como transformar vexames em ação para lutar contra o tráfico de pessoas para exploração sexual no Canadá)

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=2738918&Language=E&Mode=1&Parl=39&Ses=1>

Benefícios para trabalhadoras independentes

A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher considerou estender os benefícios dos pais e por maternidade às trabalhadoras independentes. Recomendou que o governo federal estendesse estes benefícios trabalhistas às trabalhadoras independentes.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

Interim Report on the Maternity and Parental Benefits under Employment Insurance: the Exclusion of Self-Employed Workers (Relatório Provisório sobre os benefícios dos pais e por maternidade sob o seguro de trabalho: a exclusão dos trabalhadores independentes)

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=2148183&Language=E&Mode=1&Parl=38&Ses=1>

Igualdade de remuneração

A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher analisou as recomendações feitas pelo Grupo de trabalho federal sobre a igualdade de remuneração e solicitou ao governo federal que avance sobre o tema levando em consideração as referidas recomendações.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

Moving Forward on the Pay Equity Task Force Recommendations (Para a implementação das recomendações do Grupo de trabalho sobre igualdade de remuneração)

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=1928318&Language=E&Mode=1&Parl=38&Ses=1>

Povos indígenas

A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher repassou os direitos sobre bens imóveis no matrimônio nas reservas das Nações Originárias e seu impacto sobre os direitos humanos de muitas mulheres dessas Nações Originárias. Os membros da Comissão desejam ver avanços concretos em questões de direitos sobre bens imóveis no matrimônio.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=2311018&Language=E&Mode=1&Parl=39&Ses=1>

OUTROS TEMAS

Criação da Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher no outono de 2004

O mandato da Comissão consiste em estudar as políticas, os programas, as despesas e a legislação dos ministérios e organismos relacionados, inclusive o Ministério de Condição da Mulher do Canadá (*Status of Women Canada*), no que tange à condição da mulher.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

<http://www2.parl.gc.ca/CommitteeBusiness/CommitteeMeetings.aspx?Cmte=FEWO&Language=E&Mode=1&Parl=39&Ses=2>

Obrigações internacionais do Canadá. *Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW, por suas siglas em inglês).*

O Canadá deve dar a conhecer a implementação da *CEDAW*. As Comissões parlamentares talvez tenham interesse em examinar estes relatórios.

Obrigações legais do Canadá como país

O Artigo 15 da Carta Canadense dos Direitos e Liberdades estabelece a igualdade de direitos dos indivíduos, com inclusão de homens e mulheres, em virtude da lei e o direito à mesma proteção e o mesmo benefício da lei.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

<http://laws.justice.gc.ca/en/charter/#egalite>

Planos quinquenais

O governo federal implementou dois planos quinquenais para a igualdade de gênero: o *Plano federal para a igualdade de gênero* (1995-2000) e a *Agenda para a igualdade de gênero* (2000-2005)

Auditoria

A Comissão Permanente da Câmara dos Comuns sobre a Condição da Mulher solicitou à Auditora Geral do Canadá a realização de uma auditoria para examinar a implementação por parte do Canadá da análise baseada no gênero correspondente ao período que vai do dia 1º de abril de 2000 a 31 de março de 2008.

Enlace internet (disponível em inglês e francês):

<http://www2.parl.gc.ca/HousePublications/Publication.aspx?DocId=3431733&Language=E&Mode=1&Parl=39&Ses=2>

4.3.2 México: Contribuição da deputada Martha Angélica Tagle Martínez

LEIS E POLÍTICAS ECONÔMICAS

Orçamento de Gênero 2008 - 2009

Para o Orçamento de Egressos da Federação, nós legisladoras, fizemos um importante avanço ao carimbar recursos específicos para o desenvolvimento de políticas públicas com PEG, para a atenção das Leis Gerais de Acesso das Mulheres a uma Vida livre de Violência e com Igualdade.

LEIS E POLÍTICAS SOCIAIS

Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência e Lei Geral de Igualdade entre Mulheres e Homens

São duas leis gerais importantes que foram aprovadas na legislatura passada e estamos em um processo de harmonização legislativa das leis nas entidades federativas do nosso país.

4.3.3 Peru: Contribuição da congressista María Sumire²

1707/2007-CR Lei sobre Delitos contra o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário.

- Tratar de incorporar ao Código Penal peruano as reformas em matéria penal incluídas no Estatuto de Roma.
- O Peru aprovou a ratificação do Estatuto de Roma mediante a Resolução Legislativa No. 27517 de 29 de setembro de 2001.
- Trata-se assim de efetuar a criminalização adequada de delitos gravíssimos para a própria existência da humanidade, tais como os delitos de genocídio, execução extrajudicial, tortura, desaparecimento forçado, violência sexual, detenções arbitrárias, apartheid.

² As propostas da Congressista Sumire em matéria de política e legislação econômica, social, ambiental e de representação político eleitoral a favor dos povos indígenas estão disponíveis na internet no site do FIPA www.e-fipa.org

- Em particular, tipificar como delito no Código Penal a violência sexual como delito de lesa humanidade, quando ocorrer durante um ataque generalizado. Isto não se restringe somente à violação sexual e inclui outras modalidades, tais como escravidão sexual, prostituição forçada, união forçada, aborto forçado, gravidez forçada e esterilização forçada.
- Também incorporar à legislação.

Projeto de Lei No. s/N: Lei que amplia o Plano Integral de Reparações e propõe incluir pessoas que sofreram outras formas de violência sexual durante o conflito armado interno, afora a violação sexual, como vítimas e beneficiárias de reparações

- Visa-se modificar a Lei Nº 28592 que estabelece o Plano Integral de Reparações e seu regulamento, a fim de incluir literalmente como vítimas e beneficiárias de reparações pessoas que sofreram outras formas de violência sexual durante o conflito armado interno, afora a violação sexual.
- Trata-se de uma proposta que procura valorizar e indenizar mulheres vítimas de violência sexual, que tem envolvido, em termos nacionais, maior concentração de mulheres filhas dos povos originários do Peru.

2270/2007-CR (02 abril 08) “Lei que protege a identidade de menores em casos de abuso sexual”

- A proposta tem como objetivo modificar o último parágrafo do artigo 6 do Código de Crianças e Adolescentes a fim de estabelecer parâmetros claros e específicos sobre a proteção da identidade de menores que são vítimas do delito de abuso sexual.
- Após a vítima sofrer um delito contra sua indenidade sexual, ela ainda é vitimizada pelo próprio sistema mediante a revelação de sua identidade ou divulgações em seu meio social que possibilitam o reconhecimento da pessoa como vítima de abuso sexual.
- A falta de precisão da lei permitiu a desnaturalização do princípio de proteção da identidade da vítima, o que na prática se traduziu na divulgação pública de violações sexuais de menores pelos meios de comunicação. A proteção da vítima foi respeitada unicamente através da apresentação das iniciais de seu nome. Dados suficientes e elementares foram revelados para conhecimento de seu meio social, que obtém a informação de que a vítima sofreu abuso sexual ao ver a imagem de seu pai, sua mãe, do colégio e, muitas vezes, imagens de sua casa.

4.3.4 Peru: Contribuição da congressista Hilaria Supa Huamán³

O Peru é um país multicultural, plurilíngüe e multiétnico, no qual as mulheres constituem 49,7% da população e as populações indígenas vivem em alto grau de desigualdade, particularmente as mulheres.

³ As propostas da Congressista Supa em matéria de política ambiental estão disponíveis na internet no site do FIPA www.e-fipa.org

Várias condições são imprescindíveis para a eliminação das desigualdades e da marginalização das mulheres indígenas: a criação e a devida implantação de políticas públicas para a promoção de planos e programas que contribuam para melhores condições de equidade de gênero e o desenvolvimento de habilidades e capacidades das mulheres indígenas, entre outras.

A mulher indígena enfrenta outro grave problema de identidade e exercício de cidadania. Existem dificuldades na emissão do documento de identidade, que é indispensável para a realização de trâmites relativos ao título de propriedade de terra, reconhecimento de um filho, transações comerciais e, ainda, denúncias de violência familiar, ou para a participação política, ou acesso aos programas implantados pelo governo, entre outros.

Há grupos indígenas que migram para a cidade e levam sua cultura, rituais, costumes e línguas. As mulheres trabalham na prestação de serviço doméstico em más condições e também na venda de produtos artesanais.

Violência Política, Violência contra a Mulher

A população indígena experimentou as conseqüências da violência política investigada pela Comissão da Verdade (CVR). Em sua investigação sobre 20 anos de violência no Peru, a CVR assinalou que as mulheres representavam 20% de todos os casos registrados de mortes e desaparecidos.

Na sua grande maioria, as vítimas de violações de direitos humanos eram pessoas de língua quéchua da área andina (73%), principalmente de Ayacucho (51%). Do total, 80% moravam em áreas rurais. Embora houvesse maior número de vítimas do sexo masculino, as mulheres foram torturadas, detidas sem o devido processo legal, assassinadas e desapareceram. As mulheres representavam 98% das vítimas de violação sexual registradas no Banco de Dados da CVR.

Esterilização Forçada

Outra informação não registrada se refere à esterilização forçada durante o governo de Alberto Fujimori de aproximadamente 300 mil mulheres e 22 mil homens. O caso está no Ministério Público desde 2004 e não há conclusões que dêem suporte à acusação penal. Entretanto, existe um antecedente: um caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, após negociações, chegou-se a uma solução com o governo do Presidente Alejandro Toledo em 2003, mediante indenização à família da vítima.

Povos Indígenas, Mulheres e Governabilidade

Em 2001-2002 havia somente 0,8% de indígenas no Congresso peruano (1 em um total de 120). Em 2006, 35 mulheres parlamentares foram eleitas para o Congresso, dentre as quais 3 se reconhecem como indígenas.

Embora a Constituição peruana afirme que os povos indígenas têm direitos históricos mais antigos que a existência do Estado, com a mesma hierarquia jurídica que os direitos humanos pessoais, a realidade mostra que sua participação política hoje é muito limitada. Apesar de existir no Peru a Lei Geral de Eleições Municipais N°26864 e a Lei Geral de Eleições Regionais N° 27683, que prevê ao menos 15% de representantes de comunidades e povos indígenas do total de candidatos inscritos,

esta legislação não é respeitada. Os candidatos são frequentemente colocados no final das listas e não têm possibilidade real de serem eleitos. Não há suficiente controle cidadão.

Entretanto, a lei de cotas para mulheres no Peru prevê uma cota para mulheres de 35% nas Eleições Gerais e de 30% nos Municípios e Regiões.

Fatores que dificultam a participação da mulher na política são falta de documentação, pobreza, ruralidade e analfabetismo, que se relacionam diretamente com a falta de participação eleitoral feminina, indiferença da liderança e a possibilidade de ser alvo de manipulação durante o exercício de seus direitos cidadãos”, assim como o fato de “a participação da mulher em instâncias de poder político e tomada de decisão ainda ser limitada”. Em 2004, estimava-se que 1 milhão e meio de peruanos e peruanas não tinham documento de identidade e que mais da metade eram mulheres.

A Contribuição das Mulheres Indígenas à Sociedade e Defesa da Vida

A mulher indígena é um suporte da estrutura social étnica, uma protagonista da resistência das populações indígenas, cujo papel se baseia no conceito característico de opostos complementares das sociedades indígenas. A mulher indígena contribui socialmente para o sustento da família e a produção agrícola da qual também participam seus filhos, bem como para a continuidade da prática da medicina tradicional.

A mulher indígena mantém vivo, ainda, o uso do idioma materno para a preservação da cultura e das tradições ancestrais e a afirmação de sua presença e não ser vítima da marginalização nem cair no esquecimento. As mulheres indígenas colocam o foco de suas preocupações no direito à terra, água, um meio ambiente saudável, cuidado da natureza e reconhecimento de seus direitos coletivos de autodeterminação e territorialidade e, sobretudo, exigem o direito de participar na tomada de decisões e se manifestam contra a violência familiar e o alcoolismo, entre outros.

O alcance do desenvolvimento sustentável depende de leis e políticas públicas que incluem o fortalecimento de suas capacidades produtivas e o acesso a recursos para garantir segurança alimentar, o cuidado do meio ambiente, nutrição, manejo de recursos florestais, manejo apropriado da água e mecanismos para colocar e manter as mulheres indígenas no mercado econômico.

Lei de Igualdade de Oportunidades

A Lei de Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens Nº 28983, da qual sou uma das autoras, foi aprovada no Peru em 2006. Esta Lei tem um enfoque intercultural que contribui para a eliminação dos hiatos entre mulheres e homens. Fez-se neste ano uma verificação de seu cumprimento. Observaram-se falta de vontade política no seu cumprimento, desconhecimento da lei por parte dos funcionários e, em particular, falta de verbas para a capacitação, a difusão e implementação da lei. Trata-se de uma boa ferramenta para mulheres indígenas.

Propostas da Parlamentar Hilaria Supa

A parlamentar Hilaria Supa vem elaborando uma série de propostas concretas para impulsionar a transformação da condição da mulher. A Lei de Igualdade de Oportunidades é um avanço nesse sentido e deve ser respeitada.

A parlamentar está trabalhando ainda em propostas para a promoção dos indígenas em posições de liderança.

Também incentivou a formação do Grupo Parlamentar Indígena, espaço de fomento de Leis em prol dos povos indígenas e de articulação com Parlamentares das Américas.

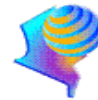
4.4 Anexo 4 – Lista de documentos depositados

- *Agenda Legislativa Mujeres 2008-2011 (Agenda Legislativa Mulheres 2008-2011)*. Bolívia. Documento depositado por María Esther Udaeta, senadora da Bolívia. (espanhol)
- *Auditoría de Género: Sectores de Saneamiento Básico y de Riego de Bolivia. (Auditoria de Género: Setores do saneamento básico e da irrigação da Bolívia)*. La Paz, Bolívia. Novembro de 2004. Documento depositado por María Esther Udaeta, senadora da Bolívia. (espanhol)
- *Informe Final del Grupo de Trabajo “Género y Violencia Política” de la Comisión de la Mujer y Desarrollo Social (Relatório Final do Grupo de Trabalho “Gênero e Violência” da Comissão de Mulheres e Desenvolvimento Social)*. Lima, Peru. Legislatura 2007-2008. Documento depositado por Juana Aidé Huacahuari Páucar, congressista da República do Peru. (espanhol)
- *Proyecto de nueva Constitución Boliviana (Projeto de nova Constituição Boliviana)*. Outubro de 2008. Documento depositado por María Esther Udaeta, senadora da Bolívia. (espanhol)
- *Projeto: Lei que declara o Peru país megadiverso, orgânico e livre de transgênicos*. Novembro de 2008. Apresentação PowerPoint depositada por Juana Aidé Huacahuari Páucar, congressista da República do Peru. Disponível no site internet do FIPA em www.e-fipa.org

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas



FUNDACION AGENDA
COLOMBIA

Secretariado Técnico do FIPA

500 – 165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canadá

Tel: + 1 613-594-5222
Fax: + 1 613-594-4766
info@e-fipa.org

www.e-fipa.org

Fundación Agenda Colombia

Carrera 13 A No. 41-44
Barrio Teusaquillo, Bogotá
Colômbia

Tel: +57 1 2873138 / 2873112/ 2873113
Fax: + 57 1 2873138
secretaria@agendacolombia.com

www.agendacolombia.com